

Estado moçambicano anula decisão ilegal dos gestores portugueses da Cahora-Bassa

★ Armando Guebuza reúne com os trabalhadores da empresa no Songo

«Defendamos Cahora-Bassa uma vez mais», foi a orientação transmitida pelo Tenente-General Armando Guebuza, membro do Comité Político Permanente do Comité Central do Partido FRELIMO, aos trabalhadores da empresa Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, SARL, quando ontem se reuniu com eles no Songo. Neste encontro, aquele alto dirigente do Partido e do Estado denunciou como ilegal, e atentatória da nossa soberania, uma decisão tomada pelos administradores portugueses da HCB, no sentido de aumentarem em 20 por cento os salários dos trabalhadores moçambicanos da empresa.

O referido aumento salarial, que fora já anunciado há poucos dias aos trabalhadores, contraria frontalmente o espírito e a letra da Lei 4/80, sendo por isso recusado pelo Ministro do Trabalho. É de salientar que o aumento foi decidido em Lisboa, de forma unilateral, numa reunião em que participaram apenas os gestores portugueses da empresa, os quais detêm a maioria no respec-

tivo Conselho de Administração. Ao terem conhecimento dessa decisão, os administradores moçambicanos chamaram a atenção para o facto de ela ser ilegal. Apesar disso, os administradores portugueses decidiram mantê-la e anunciaram-na aos trabalhadores.

Armando Guebuza, que é Secretário do Comité de Contrôlo do Partido e Ministro-Comissário Político Nacional das FPLM, explicou ontem aos trabalhadores da empresa as razões por que o referido aumento salarial contrariava as nossas leis e não podia portanto ser implementado. «Não aceitamos que decisões sobre Moçambique sejam tomadas fora de Moçambique» — salientou aquele dirigente, frisando que aquela era matéria da nossa soberania, soberania conquistada com o sangue e o sacrifício do Povo moçambicano, conforme sublinhou. Disse noutra ponto:

«Dantes alguns diziam que éramos crianças adultas, naturalmente indoentes, preguiçosos. Mas nós não somos crianças, nem

preguiçosos. E somos nós que decidimos sobre a nossa vida, sobre o nosso destino. Foi para isso que pegámos em armas e vencemos o colonialismo».

O Ministro-Comissário Político Nacional das Forças Armadas chegara ao Songo no sábado, acompanhado pelo Ministro da Indústria e Energia, António Branco, pelo Primeiro Secretário do Partido e Governador da Província de Tete, João Baptista Cosme, e pelo Comandante da Região Militar do Centro, Major-General Salvador Mutumuke. Faziam ainda parte da sua comitiva outros responsáveis do Partido, do Estado e das Forças de Defesa e Segurança.

Imediatamente após a chegada, o Tenente-General Armando Guebuza teve uma reunião com membros das estruturas provinciais e distritais, assim como com elementos do Secretariado da Célula do Partido na HCB. Participaram ainda os representantes da parte moçambicana no Conselho de Administração daquela empresa, deputados das Assembleias do Povo a vários níveis e outros quadros do Partido e do Estado do Distrito de Cahora-Bassa.

Neste encontro, assim como num outro que teve ontem de manhã com a Célula do Partido na HCB, Armando Guebuza salientou o papel extremamente importante que cabe aos membros do Partido naquela empresa, devido ao relevo que ela possui no quadro da nossa economia. Sublinhou, especialmente, a necessidade de todos os membros do Partido terem uma tarefa concreta e prestarem contas pela sua realização.

Antes da reunião com todos os trabalhadores, aquele dirigente teve também um encontro com a Administração da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, na qual participou o único administrador português que se encontra no Songo, Antunes da Silva, assim como os Directores de Serviços. O Ministro-Comissário afirmou, na ocasião, que «as estruturas centrais do Estado ficaram profundamente chocadas» com a atitude do Conselho de Administração da empresa, ao decidir o já referido aumento salarial. Esta atitude, afirmou, foi considerada «um atentado contra a soberania da República Popular de Moçambique».

O administrador pela parte portuguesa,

Antunes da Silva, teve, por seu turno, oportunidade de salientar a atitude. No final do encontro, ele manifestou-se satisfeito pela oportunidade que tivera de dialogar sobre o assunto com as autoridades moçambicanas.

INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO

Na reunião com todos os trabalhadores, que teve lugar ao fim da manhã de ontem, Armando Guebuza referiu a importância de

(Continua na página quatro)

(Continuado da primeira pág.)

Cahora-Bassa para a economia nacional. Ele recordou, a propósito, que a grande barragem foi construída pelo colonialismo português com dois objectivos principais: envolver no esforço de guerra outras potências e criar uma barreira física ao avanço da luta armada para o sul do Zambeze.

«Por isso hoje dizemos que Cahora-Bassa foi conquistada, Songo foi conquistado» — afirmou o Tenente-General Armando Guebuza, acrescentando que, se o empreendimento foi construído como um instrumento para nos oprimir, o nosso objectivo agora é transformá-lo num instrumento da nossa libertação económica. Citou alguns dos muitos domínios nos quais a energia fornecida pela barragem vai desempenhar um papel decisivo na nossa luta contra o subdesenvolvimento, nomeadamente na electrificação do campo e no fornecimento de energia a algumas das mais importantes indústrias que vamos criar nesta década.

Referiu também as minas da Carbonífera de Moatize, as quais já recebem neste momento energia de Cahora-Bassa. «Mas há muitos cortes» — recordou Armando Guebuza, alertando os trabalhadores para a necessidade de melhorarem a qualidade do serviço que fornecem. «E quem são os mineiros de Moatize?» — perguntou neste contexto, para sublinhar que são os primos, os cunhados, os familiares dos operários de Cahora-Bassa. Fez notar também que ali se encontram trabalhadores de praticamente todas as províncias do país, frisando: «A energia que vocês produzem aqui é a energia que há-de ir para a vossa casa, para a vossa bomba de água, para a fábrica onde trabalha o vosso irmão».

Armando Guebuza recordou que já em Outubro de 1974 tivera um encontro com os trabalhadores da HCB no Songo. Nessa altura, encontrara ali, ainda muito fortes, o racismo e o tribalismo, assim como o alcoolismo quase generalizado. Hoje, esses aspectos negativos já se encontram muito atenuados mas não desapareceram totalmente, sendo necessário prosseguir o combate contra eles.

«Todos os trabalhadores moçambicanos aqui devem assumir aqui a tarefa que a FRELIMO traçou para Cahora-Bassa — a de se tornar um instrumento, de paz, de progresso, de libertação» — disse aquele alto dirigente. Acrescentou que pensava que mesmo os trabalhadores estrangeiros da HCB (na sua grande maioria portugueses) deveriam igualmente assumir essa tarefa, pois assim estarão contribuindo para o aprofundamento das relações de amizade e solida-

riedade entre o Povo moçambicano e o Povo português.

A terminar a sua intervenção, que foi aplaudida com entusiasmo pelos trabalhadores, o Tenente-General Armando Guebuza disse que a presente acção se insere num conjunto mais vasto de medidas para resolver alguns dos problemas políticos e sociais com que se debate a HCB e também a vila do Songo, tendo traçado, neste âmbito, algumas orientações. Enfatizou ainda o elevado sentido de disciplina que a presente fase e, especialmente, o cumprimento do Plano, exige de todos os trabalhadores moçambicanos.

O Tenente-General Guebuza, e uma comitiva, regressaram ainda na tarde de ontem à capital do país.